

# Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos para Execução do PISF

## Solicitação de Prorrogação do Prazo para Início da primeira Fase do Empreendimento

Flávio José D'Castro Filho  
Brasília, junho/2014



## Breve Histórico da Outorga

- Fevereiro/2001 - Ministério da Integração Nacional – MI solicita Outorga Preventiva;
- Janeiro/2005 - Outorga Preventiva conferida pela Resolução nº 29, de 24/1/2005, com validade de três anos;
- Julho/2005 - MI solicita o Certificado de Avaliação da Sustentabilidade da Obra Hídrica – CERTOH e a conversão da Outorga Preventiva em Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos;
- Setembro/2005 - Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos emitida por meio da **Resolução nº 411, de 26/9/2005**, com validade de vinte anos; e  
CERTOH emitido por meio da Resolução nº 412, de 26/9/2005.

## (Resolução ANA nº 411/2005)

### **Art. 4º - Condicionantes (Atendidas)**

I – instituição, de acordo com o Termo de Compromisso assinado pelo Governo Federal e Estados receptores, do Sistema de Gestão do Projeto de Integração de Bacias, até 31 de dezembro de 2006;

Decreto Federal nº 5.995, publicado em 19/12/2006, instituiu o Sistema de Gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – SGIB, do qual a ANA participa como Entidade Reguladora.

II – início da implantação física do empreendimento em até dois anos, contados da data de publicação desta Resolução;

Execução das obras iniciada em 2007.

## (Resolução ANA nº 411/2005)

### Art. 4º - Condicionantes (Não atendidas ainda)

III – início da operação da primeira fase empreendimento em até **seis anos, contados da data da publicação desta Resolução\***; (Prazo: 26 de setembro de 2011)

IV – implantação, até o início da operação da primeira fase do empreendimento, da cobrança pelo serviço de adução de água bruta, no âmbito da União e dos Estados beneficiados, com valores que cubram os custos de operação e manutenção do empreendimento.

**\* Lei nº 9.984/2000 - Art. 5º** - Nas outorgas de direito de usos de recursos hídricos de domínio da União, serão respeitados os seguintes limites de prazos, contados da data de publicação dos respectivos atos administrativos de autorização:(...)

**II – até seis anos, para conclusão do empreendimento projetado; (...)**

§ 2º Os prazos a que se referem os incisos I e II poderão ser ampliados quando o porte e a importância social e econômica do empreendimento justificar, **ouvido o Conselho Nacional de Recursos Hídricos**.

## Breve Histórico da Outorga (continuação)

- Junho/2011 - Ministério da Integração Nacional – MI solicita prorrogação do prazo para início da operação da primeira fase do empreendimento;
- dezembro/2011 - Oitiva do CNRH (26ª Reunião Ordinária);
- Fevereiro/2012 - Editada a **Resolução ANA nº 37/2012**, que altera o inciso III do art. 4º da Resolução ANA nº 411/2005 – **início da operação da primeira fase do empreendimento\* prorrogado para 26/09/2014;**

\* Naquela ocasião, a primeira fase do empreendimento foi considerada como sendo o início da operação do Eixo Leste, com ponto de entrega e captação no Reservatório Barro Branco, em Pernambuco, disponibilizando água para o Ramal do Agreste – Meta 2 –, conforme detalhado no Ofício nº 166/2011/SIH/MI.



Ofício nº 115/MI

Recebido em 24/03/2014 .  
Solicita nova prorrogação do  
prazo para início da operação  
da primeira fase do  
empreendimento, por mais  
dois anos.

22. Pelas razões apresentadas, com vistas a atender o disposto nos termos do art. 4º da Resolução ANA nº 411/2005 e com suporte no princípio de que a outorga de direitos de uso de recursos hídricos tem como objetivo assegurar o efetivo exercício dos direitos de acesso à água, o Ministério da Integração Nacional solicita alteração da condicionante III, prorrogando o prazo de início da operação da primeira fase do PISF por um período de dois anos.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
GABINETE DO MINISTRO

Ofício nº 115 /MI

Brasília, 24 de março de 2014.

Ao Senhor  
VICENTE ANDREU GUILLO  
Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas  
Setor Policial, área 5 Quadra 3, Blocos "B", "L", "M" e "T".  
70610-200 – Brasília / DF

Assunto: Solicita alteração de prazo de condicionante da outorga de direito de uso de recursos hídricos do rio São Francisco.

Senhor Diretor-Presidente,

1. Visando manter o Projeto de Integração do rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF) em consonância com as conformidades legais exigidas, especificamente, a outorga pelo direito de uso de recursos hídricos do rio São Francisco, solicitamos alteração de prazo da condicionante III, art. 4º da outorga emitida em favor do Ministério da Integração Nacional para executar o PISF, objeto da Resolução ANA nº 411, de 22 de setembro de 2005.
2. Apresentamos em anexo, razões e justificativas que fundamentam tal solicitação.
3. Ao tempo que nos colocamos a inteira disposição para o que se fizer necessário, especialmente, quanto a informações adicionais. Agradecemos antecipadamente.

Atenciosamente,

FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA  
Ministro de Estado da Integração Nacional, Interino



00000.009754/2014-39

Protocolo-Geral  
Nº 9754/14 Urg  
Por:   
Alexandre de Andrade  
Protocolo-Geral  
Agência Nacional de Águas

## Razões e justificativas apresentadas pelo MI

- Retardo inicial da implantação (licenciamento ambiental e outras providências legais);
- Retardo no andamento da obra (ajustes em projetos básicos, atraso em projetos executivos, desapropriações, autorizações para supressão vegetal, interferências com infraestrutura de abastecimento de água e de energia elétrica, interferências com rodovias e ferrovias, descobrimento de sítios arqueológicos e “excesso” de chuvas);
- Novos desafios – posteriores à primeira prorrogação de prazo – relacionados aos contratos com as empreiteira (renegociações, aditivos, distratos, novas licitações).

## Informações adicionais apresentadas pelo MI

Execução física do projeto em torno de 55% (57% Eixo Leste e 54% Eixo Norte).

Início dos testes das Estações de Bombeamento EBV1 (Eixo Leste) e EBI1 (Eixo Norte) em julho/2014.

Ações em curso necessárias para garantir a operação e assegurar a sustentabilidade do empreendimento:

- Designação da CODEVASF como Operadora Federal do PISF;
- Contratação do Modelo de Gestão (inclusive 1º Plano de Gestão Anual e Modelo Tarifário) junto à FGV;
- Licitação, pelo DNOCS, da elaboração dos projetos de recuperação e revitalização dos 23 açudes integrados ao PISF;
- Providências para contratação do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável;
- Providências gradativamente adotadas pelos estados receptores no sentido de implantar as infraestruturas hídricas complementares e de desenvolver a gestão de recursos hídricos.





# Porte, importância social e econômica e complexidade do empreendimento

- 397 municípios beneficiados;
- Centros urbanos regionais importantes, como Fortaleza/CE, Mossoró/RN, Campina Grande/PB, João Pessoa/PB, Recife/PE, Salgueiro/PE, Arcoverde/PE, Juazeiro do Norte/CE, Cajazeiras/PB e Sousa/PB;
- 12 milhões de habitantes (projeção para 2025 a partir do Censo IBGE 2000);
- 720 km de canais e reservatórios e mais 1.000 km de extensão de rios e açudes receptores das águas transpostas.



Fonte: <http://www.integracao.gov.br/o-que-e-o-projeto>

## Avaliação do pleito

Considerando:

- que o empreendimento preenche aqueles requisitos de porte e importância (social e econômica);
- a evidente complexidade da implantação do projeto;
- as razões e justificativas expostas pelo empreendedor;
- a compatibilidade do novo prazo proposto para o início da operação da primeira fase do empreendimento com as metas e com os atuais estágio e ritmo das obras detalhados pelo MI;

**conclui-se pela possibilidade de prorrogação do prazo** para início da operação da primeira fase do empreendimento – cumprimento das condicionantes estabelecidas no Art. 4º, incisos III e IV, da Resolução de Outorga nº 411/2005 – **até 26 de setembro de 2016.**

# Obrigado!

**Flávio José D'Castro Filho**  
**Especialista em Recursos Hídricos**  
**Superintendência de Regulação**

**flavio.filho@ana.gov.br | (+55) (61) 2109 –5478**

**www.ana.gov.br**



**[www.twitter.com/anagovbr](http://www.twitter.com/anagovbr)**



**[www.youtube.com/anagovbr](http://www.youtube.com/anagovbr)**